

Boletim do Trabalho e Emprego

44

1.^a SÉRIE

Edição: Serviço de Informação Científica e Técnica (SICT) — Ministério do Emprego e da Segurança Social

Preço 80\$00

BOL. TRAB. EMP.	1. ^a SÉRIE	LISBOA	VOL. 57	N.º 44	P. 3115-3146	29 - NOVEMBRO - 1990
-----------------	-----------------------	--------	---------	--------	--------------	----------------------

ÍNDICE

Regulamentação do trabalho:

Despachos/portarias:

- | | |
|---|--------------|
| — CCT entre a Assoc. Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe e a FSIABT — Feder. dos Sind. das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros — Autorização de redução da duração do trabalho semanal | Pág.
3117 |
|---|--------------|

Portarias de extensão:

- | | |
|---|------|
| — PE das alterações aos CCT entre a Assoc. Portuguesa das Indústrias Mineiras e a Feder. dos Sind. da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal e outros entre a mesma associação patronal e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outros | 3117 |
| — PE das alterações aos CCT entre a ANCIPA — Assoc. Nacional dos Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares e a FSIABT — Feder. dos Sind. das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos (confeitaria, pasteleria e conservação de fruta — centro/sul) e entre a mesma associação patronal e a mesma federação sindical e outros (apoio) | 3118 |
| — PE da alteração salarial aos CCT entre a Assoc. dos Industriais de Moagem e outras e a FSIABT — Feder. dos Sind. das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros (apoio), entre as mesmas associações patronais e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química (apoio), entre a AIBA — Assoc. dos Industriais de Bolachas e Afins e outra e o STV — Sind. dos Técnicos de Vendas e ainda entre a IACA — Assoc. Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais e esta última associação sindical | 3119 |
| — PE das alterações aos CCT (pessoal fabril sul) entre a Feder. Portuguesa dos Industriais de Moagem e outras e a FSIABT — Feder. dos Sind. das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos e entre as mesmas associações patronais e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química | 3120 |
| — PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. Nacional dos Industriais de Moagem de Ramas e Espoadas de Milho e Centeio e a FSIABT — Feder. dos Sind. das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos | 3121 |
| — PE das alterações aos CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Curtumes e o Sind. dos Operários da Indústria de Curtumes do Distrito do Porto e outro, entre a mesma associação patronal e a Feder. dos Sind. dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outro, entre a mesma associação patronal e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química, entre a mesma associação patronal e o Sind. dos Operários da Indústria de Curtumes do Distrito do Porto (funções auxiliares), entre a mesma associação patronal e a Feder. dos Sind. dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outro (funções auxiliares), entre a mesma associação patronal e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros e ainda entre a mesma associação patronal e a FEPCES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços | 3122 |
| — PE das alterações aos CCT entre a FENAME — Feder. Nacional do Metal e o Sind. dos Engenheiros do Norte e outro e ainda entre a mesma federação de associações patronais e a FENSIQ — Feder. Nacional de Sind. de Quadros | 3123 |

Convenções colectivas de trabalho:

— CCT entre a ANIVEC — Assoc. Nacional das Indústrias de Vestuário e Confecção e o SITEC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio — Alteração salarial e outras	3124
— CCT entre a ANIVEC — Assoc. Nacional das Indústrias de Vestuário e Confecção e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Alteração salarial e outras	3126
— AE entre a PREDIANA — Sociedade de Pré-Esforçados, L.da, e o Sind. Livre dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Similares do Distrito de Setúbal	3128
— AE entre os CTT — Empresa Pública Correios e Telecomunicações de Portugal e o SINDETELCO — Sind. Democrático dos Trabalhadores das Telecomunicações e Correios e outros — Alteração salarial e outras	3133
— Acordo de adesão entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Curtumes e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química ao CCT entre a mesma associação patronal e o Sind. dos Operários da Ind. de Curtumes do Dist. do Porto (funções auxiliares)	3146
— CCT para a indústria e comércio farmacêuticos (<i>Boletim do Trabalho e Emprego</i> , 1.ª série, n.º 19/78, de 22 de Maio) — Alteração da composição da comissão paritária	3146



SIGLAS

CCT — Contrato colectivo de trabalho.
ACT — Acordo colectivo de trabalho.
PRT — Portaria de regulamentação de trabalho.
PE — Portaria de extensão.
CT — Comissão técnica.
DA — Decisão arbitral.
AE — Acordo de empresa.

ABREVIATURAS

Feder. — Federação.
Assoc. — Associação.
Sind. — Sindicato.
Ind. — Indústria.
Dist. — Distrito.

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

DESPACHOS/PORTARIAS

CCT entre a Assoc. Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe e a FSIABT — Feder. dos Sind. das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros — Autorização de redução da duração do trabalho semanal.

Despacho

Por acordo estabelecido entre a Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe e a FSIABT — Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros foi fixado o período semanal de 44 horas, distribuídos de segunda-feira a sexta-feira, sem prejuízo de horários de menor duração já praticados nas empresas, para os trabalhadores abrangidos pelo contrato colectivo de trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 11, de 22 de Março de 1981, e respectivas alterações.

A alteração em causa, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 30, de 15 de Agosto de 1990, constante da cláusula 11.^a do texto acordado,

representa uma redução relativamente ao horário que tem vigorado no sector, ou seja, 45 horas semanais.

Atendendo a que o referido limite de trabalho semanal foi acordado entre as partes celebrantes e sendo o mesmo considerado compatível com o regular desenvolvimento económico do respectivo sector de actividade, autorizo, ao abrigo do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 505/74, de 1 de Outubro, a redução dos limites da duração do trabalho semanal prevista na cláusula 19.^a referida.

Ministério do Emprego e da Segurança Social, 6 de novembro de 1990. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, *Jorge Hernâni de Almeida Seabra*.

PORTARIAS DE EXTENSÃO

PE das alterações aos CCT entre a Assoc. Portuguesa das Indústrias Mineiras e a Feder. dos Sind. da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal e outros e entre a mesma associação patronal e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química e outros.

Entre a Associação Portuguesa das Indústrias Mineiras e a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal e outros e entre a mesma associação patronal e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Extractiva, Energia e Química e outros foram celebrados os contratos colectivos de trabalho publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.ºs 31 e 33, respectivamente de 22 de Agosto e 8 de Setembro de 1990.

Considerando que os referidos contratos apenas se aplicam às relações de trabalho cujos titulares sejam representados pelas organizações outorgantes;

Considerando a existência de relações de trabalho desprovidas de regulamentação actualizada e a necessidade de uniformizar, na medida do possível, as condições de trabalho no sector de actividade em causa;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, com a publicação do aviso aí previsto no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 35, de 22 de Setembro de 1990, ao qual não foi deduzida oposição:

Manda o Governo, pelo Ministro da Indústria e energia e pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — A regulamentação constante dos contratos colectivos de trabalho celebrados entre a Associação Por-

tuguesa das Indústrias Mineiras e a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal e outros e entre a mesma associação patronal e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, extractiva, Energia e Química e outros, publicados, respectivamente, no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.ºs 31 e 33, de 22 de Agosto e 8 de Setembro de 1990, é tornada aplicável às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que no território do continente prossigam qualquer actividade caracterizável como indústria mineira e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas nos referidos contratos, bem como às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais já abrangidas pelas citadas convenções de trabalho e trabalhadores ao seu serviço, das mesmas profissões e categorias, não representados pelas associações sindicais signatárias.

2 — Não são objecto da extensão determinada no número anterior as cláusulas das convenções que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor nos termos legais e produz efeitos, no tocante às tabelas salariais, desde 1 de Agosto de 1990.

2 — As diferenças salariais devidas por força do disposto no número anterior poderão ser satisfeitas em duas prestações mensais e sucessivas, de igual montante, com início no mês da entrada em vigor desta portaria.

Ministérios da Indústria e Energia e do Emprego e da Segurança Social, 19 de Novembro de 1990. — O Ministro da Indústria e Energia, *Luís Fernando Mira Amaral*. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, *Jorge Hernâni de Almeida Seabra*.

PE das alterações aos CCT entre a ANCIPA — Assoc. Nacional dos Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares e a FSIABT — Feder. dos Sind. das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos (confeitaria, pastelaria e conservação de fruta — centro sul) e entre a mesma associação patronal e a mesma federação sindical e outros (apoio).

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 31, de 22 de Agosto de 1990, vieram publicados, respectivamente, os CCT celebrados entre a ANCIPA — Associação Nacional dos Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares e a FSIABT — Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos e entre a mesma associação patronal e a mesma federação sindical e outros.

Considerando que as referidas convenções se aplicam apenas às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais e trabalhadores filiados nas associações outorgantes;

Considerando a existência de relações de trabalho não abrangidas pelas aludidas convenções e a necessidade de uniformizar, na medida do possível, as condições de trabalho para o sector;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, com a publicação do respectivo aviso no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 33, de 8 de Setembro de 1990, ao qual não foi deduzida oposição:

Manda o Governo, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pelos Ministros da Indústria e Energia e do Comércio e

Turismo e pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As disposições dos CCT celebrados entre a ANCIPA — Associação Nacional dos Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares e a FSIABT — Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos e entre a mesma associação patronal e a mesma federação sindical e outros, publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 31, de 22 de Agosto de 1990, são tornadas extensivas a todas as entidades patronais do mesmo sector económico que, não estando filiadas na associação patronal outorgante das convenções, exerçam a sua actividade (confeitaria, pastelaria e conservação de fruta) nos distritos de Beja, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Santarém, Setúbal e Viseu e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais referidas nas duas convenções, bem assim como aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais ao serviço das entidades patronais abrangidas pelas aludidas convenções, não filiados nas associações sindicais signatárias.

2 — A extensão determinada no número anterior não se aplica às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais e trabalhadores ao seu serviço que nos distritos de Coimbra, Guarda e Viseu desenvolvam as actividades de pastelaria e confeitaria, já abrangidas pela portaria de extensão dos CCT celebrados entre a ANCIPA — Associação Nacional dos Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares e a FSIABT — Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros e entre a mesma associação patronal e o Sindicato Nacional dos Operários Confeiteiros e Ofícios Correlativos do Distrito do Porto (Confeitaria, Pastelaria e Biscoitaria — Norte), publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 25, de 9 de Julho de 1990.

3 — Não são objecto da extensão determinada no presente artigo as disposições das convenções que violem normas legais imperativas.

1 — A presente portaria entra em vigor nos termos legais e produz efeitos, no tocante às tabelas salariais, desde 1 de Agosto de 1990.

2 — As diferenças salariais devidas por força do disposto no número anterior poderão ser satisfeitas em três prestações mensais e sucessivas, de igual montante, com início no mês da entrada em vigor da presente portaria.

Ministérios da Indústria e Energia, do Comércio e Turismo e do Emprego e da Segurança Social, 19 de Novembro de 1990. — O Ministro da Indústria e Energia, *Luís Fernando Mira Amaral*. — Pelo Ministro do Comércio e Turismo, *José António Leite de Araújo*, Secretário de Estado do Comércio Interno. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, *Jorge Hernâni de Almeida Seabra*.

PE da alteração salarial aos CCT entre a Assoc. dos Industriais de Moagem e outras e a FSIABT — Feder. dos Sind. das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros (apoio), entre as mesmas associações patronais e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química (apoio), entre a AIBA — Assoc. dos Industriais de Bolachas e Afins e outra e o STV — Sind. dos Técnicos de Vendas e ainda entre a IACA — Assoc. Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais e esta última associação sindical.

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 29, 30 e 34, de 8 e 15 de Agosto e 15 de Setembro, todos de 1990, vieram publicados, respectivamente, os CCT celebrados entre a Associação dos Industriais de Moagem e outras e a FSIABT — Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros, entre as mesmas associações patronais e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química, entre a AIBA — Associação dos Industriais de Bolachas e Afins e outra e o STV — Sindicato dos Técnicos de Vendas e entre a IACA — Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais e o STV — Sindicato dos Técnicos de Vendas.

Considerando que as referidas convenções se aplicam apenas às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais e trabalhadores filiados nas associações outorgantes;

Considerando a existência de relações de trabalho não abrangidas pelas aludidas convenções e a necessidade de uniformizar, na medida do possível, as condições de trabalho para o sector;

Mostrando-se conveniente proceder à extensão em texto único das referidas convenções, dada a relação de complementaridade entre as mesmas no que concerne aos respectivos âmbitos profissionais;

Considerando ainda o disposto no Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril, na redacção que lhe

foi dada pelo Decreto-Lei n.º 365/89, de 19 de Outubro;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, com a publicação do respectivo aviso no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 34, de 15 de Setembro de 1990, ao qual não foi deduzida oposição:

Manda o Governo, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pelo Ministro da Indústria e Energia e pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As disposições dos CCT celebrados entre a Associação dos Industriais de Moagem e outras e a FSIABT — Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros, entre as mesmas associações patronais e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química, entre a AIBA — Associação dos Industriais de Bolachas e Afins e outra e o STV — Sindicato dos Técnicos de Vendas e ainda entre a IACA — Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais e o STV — Sindicato dos Técnicos de Vendas publicados, respectiva-

mente, no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.ºs 29, 30 e 34, de 8 e 15 de Agosto e 15 de Setembro, todos de 1990, são tornadas extensivas a todas as entidades patronais dos mesmos sectores económicos que, não estando filiadas nas associações patronais outorgantes das convenções, exerçam a sua actividade no território do continente e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas referidas, bem assim como aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais, ao serviço das entidades patronais abrangidas pelas aludidas convenções, não filiados nas associações sindicais signatárias das mesmas.

2 — Não são objecto da extensão determinada no presente artigo as disposições das convenções que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor nos termos legais e produz efeitos, no tocante à tabela salarial, desde 1 de Setembro de 1990.

2 — As diferenças salariais devidas por força do disposto no número anterior poderão ser satisfeitas em duas prestações mensais e sucessivas, de igual montante, com início no mês da entrada em vigor desta portaria.

Ministérios da Indústria e Energia e do Emprego e da Segurança Social, 19 de Novembro de 1990. — O Ministro da Indústria e Energia, *Luís Fernando Mira Amaral*. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, *Jorge Hernâni de Almeida Seabra*.

PE das alterações aos CCT (pessoal fabril sul) entre a Feder. Portuguesa dos Industriais de Moagem e outras e a FSIABT — Feder. dos Sind. das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos e entre as mesmas associações patronais e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química.

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.ºs 29 e 30, de 8 e 15 de Agosto de 1990, foram publicados os CCT celebrados entre a Federação Portuguesa dos Industriais de Moagem e outras e a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos e entre as mesmas associações patronais e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química.

Considerando que as referidas convenções se aplicam apenas às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais e trabalhadores filiados nas associações outorgantes;

Considerando a existência de relações de trabalho não abrangidas pelas aludidas convenções e a necessidade de uniformizar, na medida do possível, as condições de trabalho para o sector;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, com a publicação do respectivo aviso no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 33, de 8 de Setembro de 1990, ao qual não foi deduzida oposição:

Manda o Governo, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pelo

Ministro da Indústria e Energia e pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As disposições dos CCT celebrados entre a Federação Portuguesa dos Industriais de Moagem e outras e a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos e entre as mesmas associações patronais e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química, publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.ºs 29 e 30, de 8 e 15 de Agosto de 1990, são tornadas extensivas a todas as entidades patronais do mesmo sector económico que, não estando filiadas nas associações patronais outorgantes das convenções, exerçam a sua actividade nos distritos de Leiria, Lisboa, Évora, Portalegre, Santarém, Setúbal, Beja e Faro e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas referidas, bem assim como aos trabalhadores, das mesmas profissões e categorias profissionais, ao serviço das entidades patronais abrangidas pelas aludidas convenções, não filiados nas associações sindicais signatárias.

2 — Não são objecto da extensão determinada no presente artigo as disposições das convenções que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor nos termos legais e produz efeitos, no tocante à tabela salarial, desde 1 de Agosto de 1990.

2 — As diferenças salariais devidas por força do disposto no número anterior poderão ser satisfeitas em três prestações mensais e sucessivas, de igual montante, com início no mês da entrada em vigor desta portaria.

Ministérios da Indústria e Energia e do Emprego e da Segurança Social, 19 de Novembro de 1990. — O Ministro da Indústria e Energia, *Luís Fernando Mira Amaral*. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, *Jorge Hernâni de Almeida Seabra*.

PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. Nacional dos Industriais de Moagem de Ramas e Espoadas de Milho e Centeio e a FSIABT — Feder. dos Sind. das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos.

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 30, de 15 de Agosto de 1990, foi publicado o CCT celebrado entre a Associação Nacional dos Industriais de Moagens de Ramas e Espoadas de Milho e Centeio e a FSIABT — Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos.

Considerando que a referida convenção se aplica apenas às relações de trabalho estabelecidas entre as entidades patronais e trabalhadores filiados nas associações outorgantes;

Considerando a existência de relações de trabalho não abrangidas pela aludida convenção e a necessidade de uniformizar, na medida do possível, as condições de trabalho para o sector;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, com a publicação do respectivo aviso no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 33, de 8 de Setembro de 1990, ao qual não foi deduzida oposição:

Manda o Governo, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pelo Ministro da Indústria e Energia e pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As disposições do CCT celebrado entre a Associação Nacional dos Industriais de Moagem de Ramas e Espoadas de Milho e Centeio e a FSIABT — Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 30, de 15 de Agosto de 1990, são tornadas extensivas a todas as entidades patronais do mesmo sector económico que, não estando filiadas na associação patronal outorgante da conven-

ção, exerçam a sua actividade (indústria de moagem de ramas e espoadas de milho e centeio) nos distritos de Leiria, Lisboa, Évora, Portalegre, Santarém, Setúbal, Beja e Faro e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas referidas, bem assim como aos trabalhadores, das mesmas profissões e categorias profissionais, ao serviço das entidades patronais abrangidas pela aludida convenção, não filiados na associação sindical signatária.

2 — Exceptuam-se do disposto no número anterior as empresas e os trabalhadores que exerçam a sua actividade em azenhas ou moinhos movidos normalmente a água ou a vento.

3 — Igualmente não são objecto da extensão determinada no presente artigo as disposições da convenção que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor nos termos legais e produz efeitos, no tocante à tabela salarial, desde 1 de Agosto de 1990.

2 — As diferenças salariais devidas por força do disposto no número anterior poderão ser satisfeitas em três prestações mensais e sucessivas, de igual montante, com início no mês da entrada em vigor desta portaria.

Ministérios da Indústria e Energia e do Emprego e da Segurança Social, 19 de Novembro de 1990. — O Ministro da Indústria e Energia, *Luís Fernando Mira Amaral*. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, *Jorge Hernâni de Almeida Seabra*.

PE das alterações aos CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Curtumes e o Sind. dos Operários da Indústria de Curtumes do Distrito do Porto e outro, entre a mesma associação patronal e a Feder. dos Sind. dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outro, entre a mesma associação patronal e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química, entre a mesma associação patronal e o Sind. dos Operários da Indústria de Curtumes do Distrito do Porto (funções auxiliares), entre a mesma associação patronal e a Feder. dos Sind. dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outro (funções auxiliares), entre a mesma associação patronal e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros e ainda entre a mesma associação patronal e a FEPCEs — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços.

Entre a APIC — Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes e várias associações sindicais foram celebrados os sete CCT mencionados em título e publicados, respectivamente, os três do primeiro grupo (produção) no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 27, de 22 de Julho de 1990, n.º 29, de 8 de Agosto de 1990, e n.º 31, de 22 de Agosto de 1990, os dois do segundo grupo (funções auxiliares) no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 27, de 22 de Julho de 1990, e 29, de 8 de Agosto de 1990, e os dois do terceiro grupo (escritórios, comércio e correlativos) no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 30, de 15 de Agosto de 1990, e 31, de 22 de Agosto de 1990.

Considerando que apenas ficam abrangidos pelas referidas convenções as entidades patronais inscritas na associação patronal outorgante e os trabalhadores ao seu serviço representados pelas associações sindicais outorgantes;

Considerando a existência de entidades patronais do sector de actividade regulado pelas convenções, não filiadas na associação patronal outorgante, que têm ao seu serviço trabalhadores das profissões e categorias profissionais previstas nas convenções, bem como de trabalhadores não representados pelas associações sindicais signatárias das mesmas que se encontram ao serviço de entidades patronais inscritas na associação patronal outorgante;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pela publicação de aviso para PE no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 33, de 8 de Setembro de 1990, ao qual não foi deduzida oposição:

Manda o Governo, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pelo Ministro da Indústria e Energia e pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes dos CCT celebrados entre a APIC — Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes e o Sindicato dos Operários da Indústria de Curtumes do Distrito do Porto e outro, entre a mesma associação patronal e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outro, entre a mesma associação patronal e a FETICEC — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química, entre a mesma associação patronal e o Sindicato dos Operá-

rios da Indústria de Curtumes do Distrito do Porto (funções auxiliares), entre a mesma associação patronal e a Federação dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outro (funções auxiliares), entre a mesma associação patronal e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros e ainda entre a mesma associação patronal e a FEPCEs — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (escritórios, comércio e correlativos), publicados, os três do primeiro grupo (produção), no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 27, de 22 de Julho de 1990, 29, de 8 de Agosto de 1990, e 31, de 22 de Agosto de 1990, os dois do segundo grupo (funções auxiliares) no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 27, de 22 de Julho de 1990, e 29, de 8 de Agosto de 1990, e os dois do terceiro grupo (escritórios, comércio e correlativos) no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 30, de 15 de Agosto de 1990, e 31, de 22 de Agosto de 1990, são tornadas extensivas, no território do continente, na área das convenções, a todas as entidades patronais que, não estando inscritas na associação patronal outorgante, prossigam a actividade económica regulada pelas convenções e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas, bem como aos trabalhadores não representados pelas associações sindicais outorgantes das mesmas profissões e categorias profissionais ao serviço de entidades patronais inscritas na associação patronal outorgante.

2 — Não são objecto da extensão determinada no número anterior as cláusulas convencionais que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor nos termos legais e produz efeitos, no tocante à tabela salarial, desde 1 de Setembro de 1990.

2 — As diferenças salariais devidas por força do disposto no número anterior poderão ser satisfeitas em duas prestações mensais e sucessivas, de igual montante, com início no mês da entrada em vigor desta portaria.

Ministérios da Indústria e Energia e do Emprego e da Segurança Social, 19 de Novembro de 1990. — O Ministro da Indústria e Energia, *Luís Fernando Mira Amaral*. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, *Jorge Hernâni de Almeida Seabra*.

PE das alterações aos CCT entre a FENAME — Feder. Nacional do Metal e o Sind. dos Engenheiros do Norte e outro e ainda entre a mesma federação de associações patronais e a FENSIQ — Feder. Nacional de Sind. de Quadros.

Entre a FENAME — Federação Nacional do Metal e o Sindicato dos Engenheiros do Norte e outro e ainda entre a mesma federação de associações patronais e a FENSIQ — Federação Nacional de Sindicatos de Quadros foram celebradas convenções colectivas de trabalho publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 31, de 22 de Agosto de 1990.

Considerando que apenas ficam abrangidas pelas supracitadas convenções as empresas inscritas nas associações patronais outorgantes e os trabalhadores ao seu serviço filiados nas associações sindicais signatárias;

Considerando a existência de empresas do mesmo sector de actividades não filiadas naquelas associações patronais que têm ao seu serviço trabalhadores das profissões e categorias profissionais previstas nas convenções mencionadas, bem como de trabalhadores não inscritos nas associações sindicais signatárias das mesmas que se encontram ao serviço de entidades patronais filiadas nas associações patronais celebrantes;

Considerando a conveniência em uniformizar as condições de trabalho do sector de actividade abrangido;

Considerando o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pela publicação do aviso de PE no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 31, de 22 de Agosto de 1990, não tendo sido deduzida qualquer oposição:

Manda o Governo, pelo Ministro da Indústria e Energia e pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes dos CCT celebrados entre a FENAME — Federação Nacional do

Metal e o Sindicato dos Engenheiros do Norte e outro e ainda entre a mesma federação de associações patronais e a FENSIQ — Federação Nacional de Sindicatos de Quadros, publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 31, de 22 de Agosto de 1990, são tornadas extensivas a todas as entidades patronais que, não estando filiadas nas associações patronais outorgantes, exerçam no território do continente a actividade económica abrangida pelas convenções referidas e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas, filiados nas associações sindicais outorgantes ou que nelas se possam filiar e ainda aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais não inscritos nas associações sindicais outorgantes, mas que nelas se possam filiar, que se encontram ao serviço de entidades patronais inscritas nas associações patronais signatárias.

2 — Não são objecto da presente extensão as cláusulas que violem disposições legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor nos termos legais e produz efeitos, no tocante às tabelas salariais, a partir de 1 de Agosto de 1989.

2 — As diferenças salariais devidas por força do disposto no número anterior poderão ser satisfeitas em duas prestações mensais e sucessivas, de igual montante, com início no mês da entrada em vigor desta portaria.

Ministérios da Indústria e Energia e do Emprego e da Segurança Social, 19 de Novembro de 1990. — O Ministro da Indústria e Energia, *Luís Fernando Mira Amaral*. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, *Jorge Hernâni de Almeida Seabra*.

Aviso para PE das alterações ao CCT entre a APAP — Assoc. Portuguesa das Agências de Publicidade e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Novembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a emissão, ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, de uma PE da convenção em título, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 40, de 29 de Outubro de 1990, por forma a torná-la extensiva na área

do continente a todas as entidades patronais que, não estando inscritas na associação patronal outorgante, exerçam a actividade económica por ela abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção não inscritos nas associações sindicais outorgantes que se encontrem ao serviço de entidades patronais inscritas na associação patronal signatária.

CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

CCT entre a ANIVEC — Assoc. Nacional das Indústrias de Vestuário e Confecção e o SITESC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio — Alteração salarial e outras

Cláusula 1.^a

Área e âmbito

1 — O presente contrato colectivo de trabalho obriga, por um lado, todas as empresas representadas pela ANIVEC — Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confecção, e, por outro lado, os trabalhadores ao seu serviço das categorias nele previstas e constantes do anexo I, desde que representados pelo SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio.

2 — O presente contrato colectivo de trabalho aplica-se também aos trabalhadores ao serviço da associação patronal referida no número anterior.

Cláusula 2.^a

Vigência e denúncia

1 — O presente contrato colectivo de trabalho entra em vigor cinco dias após a sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

2 — A tabela salarial e demais cláusulas com expressão pecuniária produzem efeitos desde 1 de Julho de 1990.

3 — A denúncia consiste na apresentação por uma das partes à outra de uma proposta de revisão, observados os prazos mínimos legais.

Cláusula 19.^a

Direitos dos trabalhadores nas grandes deslocações

1 — As grandes deslocações dão aos trabalhadores direito a:

- a)
- b) Uma remuneração correspondente à verba de 600\$ por dia;
- c)
- d)
- e)
- f)

2 —

3 —

4 —

Cláusula 20.^a

Seguros nas grandes deslocações

1 — O pessoal deslocado em serviço será seguro pela empresa contra risco de viagem, acidentes pessoais e de trabalho no valor de 5000 contos.

2 —

Cláusula 34.^a

Tipos de faltas

1 — As faltas podem ser justificadas ou injustificadas.

2 — São justificadas as faltas dadas pelos motivos previstos na lei.

3 — Para efeitos do número anterior, a seguir se transcrevem do regime actual vigente os aspectos mais salientes do Decreto-Lei n.º 874/76, de 28 de Dezembro, bem como da Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, sendo que estas transcrições se considerem automaticamente substituídas por quaisquer eventuais futuras alterações daqueles normativos:

- a) As dadas por altura do casamento, até 11 dias seguidos, excluindo os dias de descanso intercorrentes;
- b) As motivadas por falecimento do cônjuge, parentes ou afins, nos termos dos números seguintes:

- 1) Até cinco dias consecutivos, por falecimento do cônjuge não separado de pessoas e bens ou de parente ou afim no 1.º grau da linha recta;
- 2) Até dois dias consecutivos, por falecimento de outro parente ou afim da linha recta ou 2.º grau da linha colateral;
- 3) Até dois dias consecutivos, por falecimento de pessoas que vivam em comunhão de vida e habitação com os trabalhadores;

- c) As motivadas pela prática de actos necessários ao exercício de funções sindicais ou instituições de previdência e na qualidade de delegado sindical ou de membro da comissão de trabalhadores;

- d) As motivadas pela prestação de provas em estabelecimentos de ensino;

- e) As motivadas por impossibilidade de prestar trabalho devido a facto que não seja imputável ao trabalhador, nomeadamente doença, acidente ou cumprimento de obrigações legais ou a necessidade de prestação de assistência inadiável e imprescindível a familiares;

- f) As prévia ou posteriormente autorizadas pela entidade patronal.

4 — São consideradas injustificadas todas as faltas não previstas nos números anteriores.

5 — As faltas devem ser justificadas em impresso próprio, cujo duplicado será devolvido ao trabalhador acompanhado da decisão da entidade patronal, ficando o trabalhador com o recibo dessa entrega.

6 — A entidade patronal pode exigir prova da veracidade dos factos alegados no n.º 5 desta cláusula.

Cláusula 35.^a

Consequências das faltas

1 — As faltas justificadas não determinam a perda ou prejuízo de quaisquer direitos ou regalias do trabalhador.

2 — Determinam perda de retribuição as seguintes faltas, ainda que justificadas:

- As dadas nos casos previstos na alínea c) do n.º 3 da cláusula 34.^a, salvo disposição legal em contrário ou tratando-se de faltas dadas por membros da comissão de trabalhadores;
- As dadas por motivo de doença, desde que o trabalhador tenha direito a subsídio de previdência respectivo;
- As dadas por motivo de acidente de trabalho, desde que o trabalhador tenha direito a qualquer subsídio ou seguro;
- As dadas por assistência inadiável a familiares, nos termos da Lei n.º 4/84 e respectivos decretos regulamentares.

3 — Não determinam perda de retribuição as faltas dadas pelo trabalhador no caso de ter de comparecer, por doença, bem como acompanhar os filhos com idade inferior a 14 anos, a consultas médicas ou outras semelhantes, nomeadamente serviço de radiologia ou análise, bem como para a marcação delas ou diligências afins, devidamente comprovadas, desde que o não possa fazer fora do horário normal de trabalho e nunca podendo exceder meio dia duas vezes por mês:

- Para efeitos do disposto neste número, os trabalhadores que necessitem podem acumular os dois meios dias num único dia;
- Nas circunstâncias referidas neste número e em caso de necessidade, pode verificar-se a utilização, por antecipação ao mês seguinte, do crédito referido, resultando assim a possibilidade de concentrar num mês, e com prejuízo do mês seguinte, a totalidade daquele crédito, ou seja, quatro meios dias.

Cláusula 36.^a

Subsídio de refeição

1 — Os trabalhadores abrangidos pelo presente contrato terão direito a um subsídio de refeição no valor de 120\$ por cada dia completo de trabalho efectivamente prestado a que o trabalhador esteja obrigado.

2 — O valor do subsídio referido no n.º 1 não será considerado pela efeitos de férias, subsídios de férias e de Natal.

3 — Aos trabalhadores abrangidos pelas situações previstas nas cláusulas 16.^a e 19.^a deste contrato não há lugar à atribuição de subsídio de refeição.

4 — A criação deste subsídio não prejudica outro ou outros que a empresa queira praticar.

§ único. A referência ao dia completo de trabalho a que o trabalhador esteja obrigado, no caso das faculdades previstas na cláusula 54.^a deste contrato (trabalhadores-estudantes) e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 12.º da Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, e no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 136/85, de 3 de Maio (dispensas para amamentação) e, naturalmente, entendida como restrita ao número de horas que o trabalhador esteja obrigado a prestar efectivamente enquanto e nos dias em que beneficiar dessa faculdade.

Cláusula 64.^a

Regulamentação em vigor

As matérias que não foram objecto de alteração neste contrato mantêm-se em vigor, com as redacções constantes do contrato colectivo de trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 1/78, e alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.ºs 9/79, 22/80, 28/81, 41/82, 41/83, 46/84, 46/85, 46/86, 46/87, 46/88 e 45/89.

ANEXO III

Tabela salarial

Grupos	Categorias profissionais	Remunerações
A	Director de serviços Chefe de escritório Secretário-geral	88 400\$00
B	Chefe de departamento Chefe de serviços Contabilista Técnico de contas Analista de sistemas	83 100\$00
C	Chefe de secção Programador informática Tesoureiro	76 800\$00
D	Guarda-livros Secretário(a) de direcção Correspondente em línguas estrangeiras Programador mecanográfico	71 500\$00
E	Primeiro-escriturário Operador de computador de 1. ^a Caixa Operador mecanográfico Esteno-dactilógrafo em língua estrangeira	68 500\$00
F	Segundo-escriturário Operador de computador de 2. ^a Operador de máquinas de contabilidade Perfurador-verificador Operador de registo de dados de 1. ^a Cobrador	60 200\$00
G	Estagiário (operador de computador) Terceiro-escriturário Operador de registo de dados de 2. ^a Dactilógrafo Recepcionista Telefonista	54 300\$00

Grupos	Categorias profissionais	Remunerações
H	Estagiário (operador de registo de dados) Estagiário (escriturário do 3.º ano) Contínuo (maior)	45 400\$00
I	Estagiário (escriturário do 2.º ano) Estagiário de dactilógrafo	40 900\$00
J	Estagiário (escriturário 1.º ano)	37 700\$00
L	Contínuo (menor)	36 200\$00
M	Paquete 16/17 anos	27 000\$00

Grupos	Categorias profissionais	Remunerações
N	Paquete 14/15 anos	22 000\$00

Porto, 1 de Agosto de 1990.

Pelo SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio:
(Assinatura ilegível.)

Pela ANIVEC — Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confeção:
(Assinatura ilegível.)

Entrado em 11 de Outubro de 1990.

Depositado em 16 de Novembro de 1990, a fl. 27 do livro n.º 6, com o n.º 486/90, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a ANIVEC — Assoc. Nacional das Indústrias de Vestuário e Confeção e a FETESE Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Alteração salarial e outras

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

1 — O presente contrato colectivo de trabalho obriga, por um lado, todas as empresas representadas pela ANIVEC — Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confeção e, por outro lado, os trabalhadores ao seu serviço das categorias nele previstas e constantes do anexo I, desde que representados pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços.

2 — O presente contrato colectivo de trabalho aplica-se também aos trabalhadores ao serviço da associação patronal referida no número anterior.

Cláusula 2.ª

Vigência e denúncia

1 — O presente contrato colectivo de trabalho entra em vigor cinco dias após a sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

2 — A tabela salarial e demais cláusulas com expressão pecuniária produzem efeitos desde 1 de Julho de 1990.

3 — A denúncia consiste na apresentação por uma das partes à outra de uma proposta de revisão, observados os prazos mínimos legais.

Cláusula 19.ª

Direitos dos trabalhadores nas grandes deslocações

1 — As grandes deslocações dão aos trabalhadores direito a:

- a)
- b) Uma remuneração correspondente à verba de 600\$ por dia;

- c)
- d)
- e)
- f)

2 —

3 —

4 —

Cláusula 20.ª

Seguros nas grandes deslocações

1 — O pessoal deslocado em serviço será seguro pela empresa contra risco de viagem, acidentes pessoais e de trabalho no valor de 5000 contos.

2 —

Cláusula 34.ª

Tipos de faltas

1 — As faltas podem ser justificadas ou injustificadas.

2 — São justificadas as faltas dadas pelos motivos previstos na lei.

3 — Para efeitos do número anterior, a seguir se transcrevem do regime actual vigente os aspectos mais salientes do Decreto-Lei n.º 874/76, de 28 de Dezembro, bem como da Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, sendo que estas transcrições se considerem automaticamente substituídas por quaisquer eventuais futuras alterações daqueles normativos:

- a) As dadas por altura do casamento, até 11 dias seguidos, excluindo os dias de descanso intercorrentes;

b) As motivadas por falecimento do cônjuge, parentes ou afins, nos termos dos números seguintes:

- 1) Até cinco dias consecutivos, por falecimento do cônjuge não separado de pessoas ou bens ou de parente ou afim no 1.º grau da linha recta;
- 2) Até dois dias consecutivos, por falecimento de outro parente ou afim da linha recta ou 2.º grau da linha colateral;
- 3) Até dois dias consecutivos, por falecimento de pessoas que vivam em comunhão de vida habitação com os trabalhadores;

c) As motivadas pela prática de actos necessários ao exercício de funções sindicais ou instituições de previdência e na qualidade de delegado sindical ou de membro da comissão de trabalhadores;

d) As motivadas pela prestação de provas em estabelecimentos de ensino;

e) As motivadas pela impossibilidade de prestar trabalho devido a facto que não seja imputável ao trabalhador, nomeadamente doença, acidente ou cumprimento de obrigações legais ou a necessidade de prestação de assistência inadiável e imprescindível a familiares;

f) As prévia ou posteriormente autorizadas pela entidade patronal.

4 — São consideradas injustificadas todas as faltas não previstas nos números anteriores.

5 — As faltas devem ser justificadas em impresso próprio, cujo duplicado será devolvido ao trabalhador acompanhado da decisão da entidade patronal, ficando o trabalhador com o recibo dessa entrega.

6 — A entidade patronal pode exigir prova da veracidade dos factos alegados no n.º 5 desta cláusula.

Cláusula 35.ª

Consequências das faltas

1 — As faltas justificadas não determinam a perda ou prejuízo de quaisquer direitos ou regalias do trabalhador.

2 — Determinam perda de retribuição as seguintes faltas, ainda que justificadas:

- a) As dadas nos casos previstos na alínea c) do n.º 3 da cláusula 34.ª, salvo disposição legal em contrário ou tratando-se de faltas dadas por membros da comissão de trabalhadores;
- b) As dadas por motivo de doença, desde que o trabalhador tenha direito a subsídio de previdência respectivo;
- c) As dadas por motivo de acidente de trabalho, desde que o trabalhador tenha direito a qualquer subsídio ou seguro;
- d) As dadas por assistência inadiável a familiares, nos termos da Lei n.º 4/84 e respectivos decretos regulamentares.

3 — Não determinam perda de retribuição as faltas dadas pelo trabalhador no caso de ter de comparecer, por doença, bem como acompanhar os filhos com idade inferior a 14 anos, a consultas médicas ou outras semelhantes, nomeadamente serviço de radiologia

ou análise, bem como para a marcação delas ou diligências afins, devidamente comprovadas, desde que o não possa fazer fora do horário normal de trabalho e nunca podendo exceder meio dias duas vezes por mês:

a) Para efeitos do disposto neste número, os trabalhadores que necessitem podem acumular os dois meios dias num único dia;

b) Nas circunstâncias referidas neste número e em caso de necessidade, pode verificar-se a utilização, por antecipação ao mês seguinte, do crédito referido, resultando assim a possibilidade de concentrar num mês, e com prejuízo do mês seguinte, a totalidade daquele crédito, ou seja, quatro meios dias.

Cláusula 36.ª

Subsídio de refeição

1 — Os trabalhadores abrangidos pelo presente contrato terão direito a um subsídio de refeição no valor de 120\$ por cada dia completo de trabalho efectivamente prestado a que o trabalhador esteja obrigado.

2 — O valor do subsídio referido no n.º 1 não será considerado para efeitos de férias, subsídios de férias e de Natal.

3 — Aos trabalhadores abrangidos pelas situações previstas nas cláusulas 16.ª e 19.ª deste contrato não há lugar à atribuição de subsídio de refeição.

4 — A criação deste subsídio não prejudica outro ou outros que a empresa queira praticar.

§ único. A referência ao dia completo de trabalho a que o trabalhador esteja obrigado, no caso das faculdades previstas na cláusula 54.ª deste contrato (trabalhadores-estudantes) e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 12.º da Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, e no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 136/85, de 3 de Maio (dispensas para amamentação) e, naturalmente, entendida como restrita ao número de horas que o trabalhador esteja obrigado a prestar efectivamente enquanto e nos dias em que beneficiar dessa faculdade.

Cláusula 64.ª

Regulamentação em vigor

As matérias que não forem objecto de alteração neste contrato mantêm-se em vigor, com as redacções constantes do contrato colectivo de trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 1/78, e alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.ºs 9/79, 22/80, 28/81, 41/82, 41/83, 46/84, 46/85, 46/86, 46/87, 46/88 e 45/89.

ANEXO III

Tabela salarial

Grupos	Categorias profissionais	Remunerações
A	Director de serviços	88 400\$00
	Chefe de escritório	
	Secretário-geral	

Grupos	Categorias profissionais	Remunerações
B	Chefe de departamento	83 100\$00
	Chefe de serviços	
	Contabilista	
	Técnico de contas	
	Analista de sistemas	
C	Chefe de secção	76 800\$00
	Programador de informática	
	Tesoureiro	
	Guarda-livros	
D	Secretário(a) de direcção	71 500\$00
	Correspondente em línguas estrangeiras	
	Programador mecanográfico	
E	Primeiro-escriturário	68 500\$00
	Operador de computador de 1. ^a	
	Caixa	
	Operador mecanográfico	
	Esteno-dactilógrafo em língua estrangeira	
F	Segundo-escriturário	60 200\$00
	Operador de computador de 2. ^a	
	Operador de máquinas de contabilidade	
	Perfurador-verificador	
	Operador de registo de dados de 1. ^a	
	Cobrador	
G	Estagiário (operador de computador)	54 300\$00
	Terceiro-escriturário	
	Operador de registo de dados de 2. ^a	
	Dactilógrafo	
	Recepcionista	
	Telefonista	

Grupos	Categorias profissionais	Remunerações
H	Estagiário (operador de registo de dados)	45 400\$00
	Estagiário (escriturário do 3.º ano)	
	Contínuo (maior)	
I	Estagiário (escriturário do 2.º ano)	40 900\$00
	Estagiário de dactilógrafo	
J	Estagiário (escriturário 1.º ano)	37 700\$00
L	Contínuo (menor)	36 200\$00
	Servente de limpeza	
M	Paquete 16/17 anos	27 000\$00
N	Paquete 14/15 anos	22 000\$00

Porto, 4 de Outubro de 1990.

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela ANIVEC — Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confeção:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 21 de Novembro de 1990.

Depositado em 22 de Novembro de 1990, a fl. 27 do livro n.º 6, com o n.º 489/90, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

AE entre a PREDIANA — Sociedade de Pré-Esforçados, L.^{da}, e o Sind. Livre dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Similares do Dist. de Setúbal

Cláusula 1.^a

Área e âmbito

O presente acordo de empresa obriga, por um lado, a PREDIANA — Sociedade de Pré-Esforçados, L.^{da}, e, por outro lado, os trabalhadores ao seu serviço representados pelo Sindicato signatário.

Cláusula 2.^a

Vigência

Este AE vigora entre Maio de 1990 e 30 de Abril de 1991.

Cláusula 30.^a

Horário de trabalho

- 1 —
- 2 —
- 3 —

4 —

5 — A partir de 1 de Outubro de 1990 os trabalhadores terão direito à redução de uma hora semanal.

Cláusula 41.^a

Diuturnidades

1 — 1240\$.

Cláusula 68.^a

3 — 450\$.

Cláusula 72.^a

Questões transitórias

Com ressalva do disposto no presente AE, as relações entre as partes reger-se-ão pelo disposto no CCTV para a indústria de produtos de cimento, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 13, de 8 de Abril de 1978, e ulteriores revisões.

Definição de categorias

Chefe de equipa. — É o profissional que controla e coordena directamente um grupo de profissionais com actividades afins, no máximo de cinco trabalhadores.

Chefe de escritório. — É o profissional que estuda, organiza, dirige e coordena, nos limites dos poderes de que está investido, as actividades do organismo ou da empresa ou de um ou vários dos seus departamentos. Exerce funções tais como: colaborar na determinação da política da empresa; planear a utilização mais conveniente da mão-de-obra, equipamento, materiais, instalações e capitais; orientar, dirigir e fiscalizar a actividade do organismo ou empresa segundo os planos estabelecidos, a política adoptada e as normas e regulamentos prescritos; criar e manter uma estrutura administrativa que permita explorar e dirigir a empresa de maneira eficaz; colaborar na fixação da política financeira e exercer a verificação dos custos.

Chefe de serviços de manutenção/conservação. — É o trabalhador que dirige, controla e coordena directamente o serviço do seu sector.

Contabilista. — É o trabalhador que, com as condições oficialmente exigidas para a inscrição como técnico de contas, organiza, coordena e dirige serviços relacionados com a contabilidade, mormente os respeitantes à determinação de custos e resultados, ao plano de contas, à gestão orçamental e ao cumprimento da legislação, e pronuncia-se sobre problemas de natureza contabilística.

Encarregado de fabrico. — É o profissional que coordena, dirige e controla o trabalho de um grupo de profissionais.

Engenheiro do grau 1. — É o profissional que:

- a) Executa trabalho técnico, simples e ou de rotina (podem-se considerar neste campo pequenos projectos ou cálculos sob orientação e controlo de um profissional de engenharia);
- b) Estuda a aplicação de técnicas fabris e processos;
- c) Pode participar em equipas de estudos e desenvolvimento como laborador-executante, mas sem iniciativa de orientação de ensaios ou projectos de desenvolvimento;
- d) Elabora especificações e estimativas sob a orientação e controlo de um profissional de engenharia de grau mais elevado;
- e) Pode tomar decisões desde que apoiadas nas orientações técnicas completamente definidas e ou decisões de rotina;
- f) O seu trabalho é controlado discreta e permanentemente quanto à aplicação dos métodos e precisão dos resultados;
- g) Este profissional não tem funções de chefia.

Engenheiro do grau 2. — É o profissional que:

- a) Dá assistência a engenheiros mais qualificados efectuando cálculos, ensaios, projectos, computação e actividade técnico comercial no domínio de engenharia;
- b) Pode participar em equipas de estudo e desenvolvimento como colaborador-executante, podendo receber o encargo por execução de tare-

fas parcelares simples e individuais de ensaios dos projectos de desenvolvimento;

- c) Deverá estar mais ligado à solução dos problemas do que a resultados finais;
- d) Decide dentro da orientação estabelecida pela chefia;
- e) Poderá actuar com funções de chefia, mas seguindo instruções detalhadas, orais ou escritas, sobre métodos e processos. Deverá receber assistência técnica de um engenheiro mais qualificado sempre que necessite. Quando ligado a projectos não tem funções de chefia;
- f) Não tem funções de coordenação, embora possa orientar outros técnicos numa actividade comum;
- g) Utiliza a experiência acumulada pela empresa dando assistência a profissionais de engenharia de um grau superior.

Engenheiro do grau 3. — É o profissional que:

- a) Executa trabalhos de engenharia para os quais a experiência acumulada pela empresa é reduzida, ou trabalhos para os quais, embora conte com a experiência acumulada, necessita de capacidade, de iniciativa e de frequentes tomadas de decisões;
- b) Poderá executar trabalhos de estudo, análise, coordenação de técnicas fabris, coordenação de montagens, projectos, cálculos e especificações;
- c) Actividade técnico-comercial a qual já poderá ser desempenhada a nível de chefia de outros técnicos de grau inferior;
- d) Coordena planificações e processos fabris. Interpreta resultados de computação;
- e) Toma decisões de responsabilidade a curto e a médio prazo. As decisões mais difíceis ou invulgaes são transferidas para a entidade mais qualificada;
- f) Faz estudos independentes, análises e juízos e tira conclusões;
- g) O seu trabalho não é normalmente supervisionado em pormenor, embora receba orientação técnica em problemas invulgaes ou complexos;
- h) Pode dar orientação técnica a profissionais de engenharia de grau inferior cuja actividade pode agregar ou coordenar;
- i) Pode participar em estudo e desenvolvimento exercendo chefia e dando orientação técnica a outros profissionais de engenharia, trabalhando num projecto comum. Não é normalmente responsável continuamente por outros profissionais de engenharia.

Engenheiro do grau 4. — É o profissional que:

- a) Executa o primeiro nível de supervisão directa e contínua de outros profissionais de engenharia. Procura o desenvolvimento de técnicas de engenharia para o que é requerida elevada especialização;
- b) Faz a coordenação complexa de actividades, tais como técnico-comerciais, fabris, projectos e outras;
- c) Aplica conhecimentos de engenharia e direcção de actividades com o fim de realização independente;
- d) Pode participar em equipas de estudos e desenvolvimento com possível exercício de chefia sobre outros profissionais de engenharia ou com outro título académico equivalente, podendo to-

mar a seu cargo a planificação e execução de uma tarefa completa de estudo ou desenvolvimento que lhe seja confiada, ou demonstra capacidade comprovada para trabalho científico ou técnico sob orientação;

- e) Faz recomendações geralmente revistas quanto ao valor dos pareceres, mas aceites quanto ao rigor técnico e exequibilidade;
- f) Pode distribuir e delinear trabalhos, dar indicações em problemas técnicos e rever trabalhos de outros quanto à precisão técnica. Responsabilidade permanente pelos outros técnicos ou profissionais de engenharia que supervisiona;
- g) Os trabalhos deverão ser entregues com simples indicação do seu objectivo, de prioridades relativas e de interferência com outros trabalhos ou sectores. Responde pelo orçamento e prazos desses trabalhos.

Subchefe de secção. — É o trabalhador que coadjuva o chefe de secção.

ANEXO III

Enquadramentos profissionais e tabelas salariais

Grupo 1 — 186 600\$00:

Chefe de escritório.

Grupo 2 — 157 200\$00:

Encarregado geral.

Grupo 3 — 153 300\$00:

Engenheiro do grau 4.

Grupo 4 — 135 200\$00:

Engenheiro do grau 3.

Grupo 5 — 121 100\$00:

Chefe de serviços.
Contabilista.
Técnico de contas.

Grupo 6 — 117 100\$00:

Engenheiro do grau 2.

Grupo 7 — 109 500\$00:

Desenhador-projectista.
Medidor orçamentista.

Grupo 8 — 98 200\$00:

Chefe de serviços de manutenção/conservação.
Engenheiro do grau 1.

Grupo 9 — 92 600\$00:

Chefe de secção.
Guarda-livros.
Programador.
Tesoureiro.

Grupo 10 — 88 000\$00:

Desenhador com mais de 6 anos.

Grupo 11 — 86 200\$00:

Chefe de secção de manutenção/conservação.

Grupo 12 — 84 000\$00:

Chefe de departamento fabril.

Grupo 13 — 81 500\$00:

Chefe de secção fabril.

Grupo 14 — 78 800\$00:

Chefe de sector fabril.

Grupo 15 — 77 700\$00:

Subchefe de secção.

Grupo 16 — 76 500\$00:

Desenhador com mais de três anos e menos de 6 anos.

Grupo 17 — 75 700\$00:

Subchefe de secção de manutenção/conservação.

Grupo 18 — 71 000\$00:

Encarregado de armazém.

Grupo 19 — 69 000\$00:

Subchefe de secção fabril.

Grupo 20 — 66 500\$00:

Chefe de equipa de manutenção/conservação.

Grupo 21 — 65 800\$00:

Encarregado de construção civil de 1.^a
Inspector de vendas.
Vendedor.

Grupo 22 — 65 600\$00:

Escriturário de 1.^a
Caixa.

Grupo 23 — 65 000\$00:

Desenhador com menos de três anos.

Grupo 24 — 63 100\$00:

Encarregado de fabrico.
Encarregado de construção civil de 2.^a

Grupo 25 — 61 700\$00:

Ajudante de encarregado de fabrico.

Grupo 26 — 59 000\$00:

Escriturário de 2.^a

Grupo 27 — 58 700\$00:

Afinador de máquinas de 1.^a
Bate-chapas (chapeiro) de 1.^a
Canalizador (picheleiro) de 1.^a
Decapador/metallizador de 1.^a
Ferreiro ou forjador de 1.^a
Fresador mecânico de 1.^a
Mecânico de automóveis de 1.^a
Mecânico de carpintaria de 1.^a
Oficial de electricista com mais de dois anos.
Polidor de metais de 1.^a
Rectificador mecânico de 1.^a
Serralheiro civil de 1.^a
Serralheiro mecânico de 1.^a
Soldador por electroarco ou oxi-acetileno de 1.^a
Torneiro mecânico de 1.^a

Grupo 28 — 57 200\$00:

Chefe de equipa fabril.

Grupo 29 — 55 800\$00:

Acabador de 1.^a
 Acabador de painéis de 1.^a
 Afagador de tacos de 1.^a
 Amassador preparador de massa de 1.^a
 Aplicador.
 Armador de ferro de 1.^a
 Assentador de aglomerados de cortiça.
 Assentador de isolamentos térm. e acústicos de 1.^a
 Assentador de tacos.
 Assentador de revestimentos.
 Betumador-acabador de 1.^a
 Cabouqueiro ou montante de 1.^a
 Calceteiro.
 Canteiro de 1.^a
 Carpinteiro de estruturas de 1.^a
 Carpinteiro de limpos de 1.^a
 Carpinteiro de toscos ou cofragem de 1.^a
 Cimenteiro de 1.^a
 Cobrador.
 Condutor ou operador de aparelhos de elevação e transporte de 1.^a
 Condutor de veículos industriais pesados.
 Controlador de produção.
 Condutor-manobrador.
 Cozinheiro de 1.^a
 Enformador de pré-fabricados de 1.^a
 Ensaaiador de matérias-primas.
 Estivador.
 Estucador de 1.^a
 Fiel de armazém.
 Ladrilhador ou azulejador.
 Marmoritador.
 Marteleiro.
 Medidor e cortador de vigas de 1.^a
 Moldador (operador de máquinas de moldar) de 1.^a
 Moldador de fibrocimento de 1.^a
 Montador de casas pré-fabricadas de 1.^a
 Montador de cofragem de 1.^a
 Montador de elementos pré-fabricados de 1.^a
 Montador de pré-esforçados de 1.^a
 Motorista de pesados.
 Operador de alumínio.
 Operador de apoio de 1.^a
 Operador de fabrico de 1.^a
 Operador de inst. fixa ou de betonagem de 1.^a
 Operador de laboratório.
 Operador de máquina de corte.
 Operador de máquina de moldar, polir e betumar mosaico de 1.^a
 Operador de máquina pantógrafo.
 Operador de máquina separadora.
 Operador de moagem.
 Operador de serra de 1.^a
 Pedreiro de 1.^a
 Pintor de 1.^a
 Pintor decorador de 1.^a
 Pintor de veículos, máquinas ou móveis de 1.^a
 Planificador (CE).
 Polidor de colunas de 1.^a
 Prensador de 1.^a
 Preparador de tintas de 1.^a
 Riscador de madeiras ou planteador de 1.^a
 Trolha ou pedreiro de acabamentos de 1.^a
 Tractorista.
 Verificador de qualidade.

Grupo 30 — 55 200\$00:

Afinador de máquinas de 2.^a
 Bate-chapas (chapeiro) de 2.^a
 Canalizador (picheiro) de 2.^a
 Decapador/metalizador de 2.^a
 Ferramenteiro.
 Ferreiro ou forjador de 2.^a
 Funileiro/latoeiro de 1.^a
 Fresador mecânico de 2.^a
 Limador alisador de 1.^a
 Lubrificador de 1.^a (met.)
 Mecânico de carpintaria de 2.^a
 Oficial de electricista com menos de dois anos.
 Polidor de metais de 2.^a
 Torneiro mecânico de 2.^a
 Rectificador mecânico de 2.^a
 Serralheiro civil de 2.^a
 Serralheiro mecânico de 2.^a
 Soldador por electroarco ou oxi-acetileno de 2.^a

Grupo 31 — 53 100\$00:

Abridor de roços ou roceiro.
 Acabador de 2.^a
 Acabador de ferro de 2.^a
 Afagador de tacos de 2.^a
 Ajudante de capataz.
 Ajudante fiel de armazém.
 Amassador preparador de massas de 2.^a
 Apontador com mais de um ano.
 Armador de ferro de 2.^a
 Arquivista técnico.
 Assentador de isolamentos térmicos e acústicos de 2.^a
 Auxiliar de armazém.
 Auxiliar de laboratório.
 Batedor de maço.
 Betumador acabador de 2.^a
 Britador.
 Cabouqueiro ou montante de 2.^a
 Canteiro de 2.^a
 Carpinteiro de estruturas de 2.^a
 Carpinteiro de limpos de 2.^a
 Carpinteiro de toscos ou cofragem de 2.^a
 Carregador catalogador.
 Condutor ou operador de aparelhos de elevação e transporte de 2.^a
 Condutor de veículos industriais leves.
 Condutor de máquinas e aparelhos de elevação e transporte de 1.^a
 Cimenteiro de 2.^a
 Contínuo.
 Cortador ou serrador de materiais de 1.^a
 Cozinheiro de 2.^a
 Ecónomo.
 Encerador de tacos ou parquetes.
 Enformador de pré-fabricados de 2.^a
 Espalhador de betuminosos.
 Escriturário de 3.^a
 Estucador de 2.^a
 Impermeabilizador.
 Medidor e cortador de vigas de 2.^a
 Moldador de fibrocimento de 2.^a
 Moldador (operador de máquinas de moldar) de 2.^a
 Montador de andaimes.
 Montador de casas pré-fabricadas de 2.^a
 Montador de cofragens de 2.^a

Montador de estores.
 Montador de estruturas metálicas lig. de 1.^a
 Montador de pré-esforçados de 2.^a
 Montador de pré-fabricados de 2.^a
 Montador de materiais de fibrocimento.
 Motorista de ligeiros.
 Movimentador/acondicionador.
 Operador de apoio de 2.^a
 Operador de máquinas balancés de 1.^a
 Operador de equipamento de estufa.
 Operador de fabrico de 2.^a
 Operador de máquinas de arrastamento de *drag-line*.
 Operador de máquinas de chanfre e corte de mo-saico.
 Operador de máquinas de cintar.
 Operador de máquinas de desfibrar madeira.
 Operador de colas.
 Operador de serra de 2.^a
 Operador de instalação fixa ou de central de be-tonagem de 2.^a
 Operador de trituração.
 Pedreiro de 2.^a
 Pintor decorador de 2.^a
 Pintor de veículos, móveis ou máquinas de 2.^a
 Polidor de colunas de 2.^a
 Prensador de 2.^a
 Prensador-colador de 1.^a
 Preparador de tintas de 2.^a
 Telefonista.
 Trolha ou pedreiro de acabamentos de 2.^a
 Riscador de madeiras ou planteador de 2.^a

Grupo 32 — 52 000\$00:

Afinador de máquinas de 3.^a
 Bate-chapas (chapeiro) de 3.^a
 Canalizador (picheiro) de 3.^a
 Decapador/metalizador de 3.^a
 Entregador de ferramentas, materiais ou produtos.
 Ferreiro ou forjador de 3.^a
 Fresador mecânico de 3.^a
 Funileiro/latoeiro de 3.^a
 Limador alisador de 2.^a
 Lubrificador (Gar).
 Lubrificador de 2.^a (met.)
 Mecânico de automóveis de 3.^a
 Polidor de metais de 3.^a
 Pré-oficial de electricista do 2.^o ano.
 Rectificador mecânico de 3.^a
 Serralheiro civil de 3.^a
 Serralheiro mecânico de 3.^a
 Soldador por electroarco ou oxi-acetileno de 3.^a
 Torneiro mecânico de 3.^a

Grupo 33 — 50 400\$00:

Ajudante de motorista.
 Alimentador de moldes.
 Apontador.
 Carpinteiro de estruturas de 3.^a
 Condutor de máquinas e aparelhos de elevação e transporte de 2.^a
 Cortador ou serrador de materiais de 2.^a
 Cozinheiro de 3.^a

Escolhedor.
 Montador de estruturas metálicas ligeiras de 3.^a
 Operador de máquinas de balancés de 2.^a
 Operador de máquinas de limpeza de moldes.
 Operador de pá eléctrica ou mecânica.
 Pintor de veículos, máquinas ou móveis de 3.^a
 Prensador-colador de 2.^a
 Tirador de telha.
 Vidradorista.

Grupo 34 — 50 000\$00:

Pré-oficial electricista do 1.^o ano.

Grupo 35 — 48 500\$00:

Auxiliar de serviços.

Grupo 36 — 45 000\$00:

Ajudante electricista do 2.^o ano.
 Aprendiz de produção com mais de 18 anos.
 Praticante metalúrgico do 2.^o ano.

Grupo 37 — 44 100\$00:

Estagiário.
 Guarda.
 Porteiro.

Grupo 38 — 40 900\$00:

Auxiliar de limpeza.

Grupo 39 — 39 700\$00:

Ajudante electricista do 1.^o ano.
 Aprendiz de produção dos 16 aos 18 anos.
 Praticante metalúrgico do 1.^o ano.

Grupo 40 — 38 000\$00:

Paquete.

Grupo 41 — 35 100\$00:

Aprendiz electricista do 3.^o ano.
 Aprendiz metalúrgico do 3.^o ano.

Grupo 42 — 31 100\$00:

Aprendiz electricista do 2.^o ano.
 Aprendiz metalúrgico do 2.^o ano.

Grupo 43 — 27 000\$00:

Aprendiz electricista do 1.^o ano.
 Aprendiz metalúrgico do 1.^o ano.

Pela PREDIANA — Soc. Pré-Esforçados, L.^{da}:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato Livre dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito de Setúbal:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 23 de Outubro de 1990.
 Depositado em 22 de Novembro de 1990, a fl. 27 do livro n.º 6, com o n.º 490/90, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei 519-C1/79, na sua redacção actual.

As cláusulas 2.^a e 19.^a e os anexos ao acordo de empresa em vigor (publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 24, de 29 de Junho de 1981, com as alterações constantes do *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.ºs 37, de 8 de Outubro de 1983, 44, de 29 de Novembro de 1985, 45, de 8 de Dezembro de 1988, 48, de 29 de Dezembro de 1989, e 13, de 8 de Abril de 1990) passam a ter a seguinte redacção:

CAPÍTULO I

Área, âmbito, vigência e revisão

Cláusula 2.^a

Vigência

- 1 —
- 2 — O acordo vigorará por um período de 12 meses.

CAPÍTULO III

Direitos, deveres e garantias das partes

Cláusula 19.^a

Poder disciplinar

Os trabalhadores estão sujeitos ao poder disciplinar da empresa, nos termos do respectivo regulamento disciplinar e do regulamento do conselho disciplinar, aprovados pela Portaria n.º 348/87, de 28 de Abril.

ANEXO I

Definição de funções

Assistente de desenho (ASD). — É o trabalhador que executa trabalhos ou estudos que requerem elevados conhecimentos técnicos e adequada especialização na área do desenho e representação gráfica, colaborando, quando necessário, na elaboração de orçamentos e cadernos de encargos, recebendo orientação e controlo quanto à aplicação dos métodos e precisão dos resultados. Dá apoio técnico a profissionais de nível superior. Colabora com outros profissionais e participa em grupos de trabalho em matérias que exijam conheci-

mentos técnicos da sua área funcional. Dentro da orientação recebida, e tendo em conta os resultados finais, pode tomar decisões relativas a problemas correntes; coordena funcional e ou tecnicamente outros profissionais ou grupos de trabalho.

Assistente de informática (ASI). — É o trabalhador que procede à realização, ensaio, implantação e reformulação de unidades de cadeias de tratamento automático, com a utilização de linguagens adequadas de programação, de análise e de procedimentos. Programa aplicações e ou rotinas de um programa principal, elaborando toda a documentação que se revelar necessária. Executa adaptações de *software* de base de dificuldade média. Dá apoio à utilização de equipamentos informáticos de pequeno e médio porte e à programação de *packages* pré-programados. Promove o bom funcionamento do *software* aplicacional instalado nos equipamentos informáticos e o atendimento dos utilizadores. Efectua operações elementares de manutenção, gestão e controlo de condições ambientais em relação a equipamentos informáticos, promovendo a intervenção dos serviços competentes para garantir a operacionalidade dos equipamentos.

Técnico de instalações postais (TIP). — É o trabalhador que detecta avarias, executa trabalhos de montagem, afinações, reparações, construção, manutenção preventiva e correctiva e testes nas instalações e em todo o equipamento mecânico, eléctrico, electromecânico e sistemas automáticos. Pode sugerir ou propor alterações ao modo de execução, bem como adaptações nos métodos e procedimentos de trabalho, com vista a atingir os melhores resultados. Colabora com outros trabalhadores na realização de trabalhos comuns. Pode fiscalizar a execução de trabalhos adjudicados a terceiros, acompanhando a sua execução. Pode coordenar e ou orientar pequenas equipas de trabalho.

Técnico de desenho (TDS). — [...]
Especialidades: [...]

Gráfico (TDSGR). — Executa desenhos para livros, cartazes, anúncios, marcas, impressos, gráficos, quadros, mapas, organogramas e outros trabalhos com destino a publicações, de acordo com os elementos fornecidos (esboços, maquetes e diapositivos). Executa a paginação, a montagem e a arte final dos trabalhos da sua especialidade.

ANEXO II

Mapa de grupos profissionais – Admissões e promoções

Grupos profissionais		Cat.	Acessos para promoção	Condições específicas para admissão				Observações	
Abreviaturas	Designações			Habilitações	Seleção				
					Prova preliminar	Prova técnico-profissional	Exame psicológico		Formação e provas
AUT	Auxiliar de telecomunicações	C D E F	2 3 4	EMO		*	*	—	
EPC	Empregado de cantina								
ELV	Empregado de lavandaria...								
ELZ	Empregado de limpeza....								
EOS	Empregado de obras sociais								
SVT	Servente								
CNT	Contínuo	C D E F G	2 3 4 4	EMO		*	*	Em princípio, reservado para as situações de reconversão ou diminuição da capacidade de trabalho por idade, doença ou acidente, por recomendação dos SSO. Para ocupação temporária, por recomendação dos SSO. Os actuais trabalhadores destes grupos terão prioridade nas mudanças para outros grupos profissionais, desde que reúnam as condições exigidas.	
PRT	Porteiro								
JRD	Jardineiro	D E F G	2 4 4	EMO		*	*	—	
OPM	Operador de máquinas								
ALO	Auxiliar de laboratório químico	D E F G H	2 4 4 4	EMO		*	*	—	
OEA	Operador de equipamento auxiliar.								
OSG	Operador de segurança								
CRT	Carteiro								
FAZ	Fiel de armazém	D E F G H I	2 4 4 4 4	EMO ⁽¹⁾	*		*	⁽¹⁾ Carta de condução e ou motociclos como primeiro critério de pré-selecção.	
FOB	Fiscal de obras			9.º ano					
LVO	Lavador/lubrificador			EMO Formação técnico-profissional adequada					
				EMO					

Grupos profissionais		Cat.	Acessos para promoção	Condições específicas para admissão				Observações		
Abreviaturas	Designações			Habilitações	Seleção					
					Prova preliminar	Prova técnico-profissional	Exame psicológico		Formação e provas	
MOT	Motorista	D E F G H I	2 4 4 4 4	EMO Carta profissional de pesados			*		—	
OPT	Operador de telecomunicações			EMO	*		*	*		
VIG	Vigilante de infantário			6.º ano de escolaridade, experiência profissional de, pelo menos, dois anos em funções similares ou curso auxiliar de educação ou equivalente.		*	*			
TIE	Técnico de telecomunicações interiores e exteriores.	D E F G H I J	2 4 4 4 4 4	9.º ano ⁽¹⁾ ⁽²⁾	*		*	*	⁽¹⁾ Prioridade — habilitação secundária mais qualificada (oficial ou equiparada) ou outra formação escolar e ou técnico-profissional do mesmo nível, devidamente comprovada, desde que adequada às funções do grupo profissional. ⁽²⁾ Requisito dispensável quando, ao nível de AT, não forem suficientes os candidatos com essa habilitação.	
COZ	Cozinheiro	E F G H I	2 4 4 4 4	EMO Carteira profissional			*		—	
ECI	Electricista conservação e instalação.			9.º ano		*	*			—
MTF	Mecânico de material telefónico.			Formação técnico-profissional adequada.	*		*	*		
TIP	Técnico de instalações postais ⁽²⁾ .	E F G H I P	2 4 4 (n) (n)	9.º ano ⁽¹⁾ Formação técnico-profissional adequada.		*	*		⁽¹⁾ Requisito dispensável quando não forem suficientes os candidatos com esta habilitação. ⁽²⁾ Com prazo de garantia de 4 anos de «H» para «I». (n) Nomeação.	
FTC	Fotocompositor	E F G H I J	2 4 4 4 4	9.º ano ⁽¹⁾		*	*		⁽¹⁾ Prioridade — habilitação secundária mais qualificada (oficial ou equiparada) ou outra formação escolar e ou técnico-profissional do mesmo nível, devidamente comprovada, desde que adequada às funções do grupo profissional.	
FTL	Fotógrafo-litógrafo									
TRP	Técnico de reprografia...									
OPR	Operador de registos	E F G H I J K	2 4 4 4 4 4	9.º ano ⁽¹⁾ Curso de digitação		*	*	*		

Grupos profissionais		Cat.	Acessos para promoção	Condições específicas para admissão				Observações	
Abreviaturas	Designações			Habilitações	Seleção				
					Prova preliminar	Prova técnico-profissional	Exame psicológico		Formação e provas
ELT:	Electrotécnico:	E F G H I J K L	2 3 4 4 4 4 4	9.º ano ⁽²⁾	*				
FH	Feixes hertzianos...								
CA	Instalações de comutação automática.								
EG	Instalações de energia.								
ET	Instalações de exteriores de transmissão.								
IT	Instalações de interiores de transmissão.								
IR	Instalações radioeléctricas.								
TG	Instalações telegráficas								
TAD	Técnico administrativo								⁽¹⁾ Categoria de entrada da especialidade — G. ⁽²⁾ Prioridade — habilitação secundária mais qualificada (oficial ou equiparada) ou outra formação escolar e ou técnico-profissional do mesmo nível, devidamente comprovada, desde que adequada às funções do grupo profissional.
TAM	Técnico de aparelhos de medida.								
TEX	Técnico de exploração postal								
TET	Técnico de exploração de telecomunicações.								
TFR	Técnico de fiscalização radioeléctrica.								
TMP	Técnico de máquinas postais								
TDS:	Técnico de desenho:	F G H I J K L	2 4 4 4 4 4	9.º ano ⁽¹⁾					⁽¹⁾ Prioridade — habilitação secundária mais qualificada (oficial ou equiparada) ou outra formação escolar e ou técnico-profissional do mesmo nível, devidamente comprovada, desde que adequada às funções do grupo profissional.
CC	Construção civil ..					*	*		
ET	Electrotecnia e telecomunicações.				*		*	*	
GR	Gráfico					*	*		
MQ	Máquinas								
DOC	Documentalista	F G H I J K L	2 4 4 4 4 4	Curso complementar do ensino secundário ⁽¹⁾ .		*	*	*	⁽¹⁾ Prioridade — formação técnico-profissional adequada, desde que comprovada, ou em áreas e componentes vocacionais adaptadas às funções do grupo profissional.
TAA	Técnico auxiliar de auditoria								
THS	Técnico de higiene industrial, ergonomia e segurança.								
TAV	Técnico de meios áudio-visuais								
TPR	Técnico de prevenção e segurança.								

⁽¹⁾ Categoria de entrada da especialidade — G.

⁽²⁾ Prioridade — habilitação secundária mais qualificada (oficial ou equiparada) ou outra formação escolar e ou técnico-profissional do mesmo nível, devidamente comprovada, desde que adequada às funções do grupo profissional.

⁽¹⁾ Prioridade — habilitação secundária mais qualificada (oficial ou equiparada) ou outra formação escolar e ou técnico-profissional do mesmo nível, devidamente comprovada, desde que adequada às funções do grupo profissional.

⁽¹⁾ Prioridade — formação técnico-profissional adequada, desde que comprovada, ou em áreas e componentes vocacionais adaptadas às funções do grupo profissional.

⁽¹⁾ Prioridade — formação técnico-profissional adequada, desde que comprovada, ou em áreas e componentes vocacionais adaptadas às funções do grupo profissional.

Grupos profissionais		Cat.	Acessos para promoção	Condições específicas para admissão				Observações	
Abreviaturas	Designações			Habilitações	Seleção				
					Prova preliminar	Prova técnico-profissional	Exame psicológico		Formação e provas
TEP:	Técnico de equipamento postal: Áreas de especialização ⁽¹⁾ :								
EN	Electrónica de equipamento postal.								
EM	Electromecânica de equipamento postal.								
TOT:	Técnico operacional de telecomunicações: Áreas de especialização:								
FH	Feixes hertzianos e serviços rádio.	G	2	Curso complementar do ensino secundário ⁽¹⁾ .				⁽¹⁾ Prioridade — formação técnico-profissional adequada, desde que comprovada, ou em áreas e componentes vocacionais adaptadas às funções do grupo profissional.	
CA	Instalações de comutação automática.	H	4			*	*		*
CD	Instalações de comutação digital.	I	4						
EG	Instalações de energia.	J	4						
ET	Instalações exteriores de transmissão.	K	4						
IT	Instalações interiores de transmissão.	L	4						
TG	Instalações telegráficas.								
RA	Radioelectricidade								
TC	Técnico comercial								
OPS	Operador de sistemas	G	2	Curso complementar do ensino secundário ⁽¹⁾ .				⁽¹⁾ Prioridade — formação técnico-profissional adequada, desde que comprovada, ou em áreas e componentes vocacionais adaptadas às funções do grupo profissional.	
		H	3	Curso de introdução aos computadores e ou curso de operação de computadores.	*		*		*
		I	4						
		J	4						
		K	4						
		L	4						
TMT:	Técnico de meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica: Especialidades:			Cursos técnicos auxiliares dos serviços complementares de diagnóstico e terapêutica com especialização em:					
MD	Meios auxiliares de diagnóstico.	G	2	Cardiologia, audiometria, optometria ou especialização equivalente;					
AC	Preparação de análises clínicas.	H	4	Análises clínicas ou especialização equivalente;		*	*		
RD	Radiologia	I	4	Radiologia ou especialização equivalente.					
		J	4						
		K	4						
		L	4						
TDT	Tradutor			Curso complementar do ensino secundário. Domínio completo de, pelo menos, uma língua estrangeira.					

Grupos profissionais		Cat.	Acessos para promoção	Condições específicas para admissão				Observações		
Abreviaturas	Designações			Habilitações	Seleção					
					Prova preliminar	Prova técnico-profissional	Exame psicológico		Formação e provas	
EDC	Educador de infância	G H I J K L L1	2 4 4 4	Curso de educador de infância.		*	*	(1) Categoria de entrada da especialidade — I.		
ENF: TB	Enfermeiro: Especialidade (1): Enfermeiro do trabalho.			Curso de enfermagem geral ou equivalente legal. Curso de especialização de enfermagem de saúde pública com, pelo menos, dois anos de exercício profissional, a substituir por habilitação específica, quando existir.						
CTC	Construtor civil			Curso complementar de construção civil.						—
OSE	Operador de sistemas especialista.			Curso complementar do ensino secundário. Curso de introdução aos computadores e ou curso de operador de computadores (1).	*		*		*	(1) Prioridade — formação técnico-profissional adequada, desde que comprovada, ou em áreas e componentes vocacionais adaptadas às funções do grupo profissional. (2) Sem admissões do exterior. (3) Com prazo de garantia de quatro anos de «L» para «L1». (4) Dotações por área funcional. (n) Nomeação.
AAM	Assistente de aparelhos de medida (2).	J K L L1	4 4 4							
ASE	Assistente electrotécnico (2)									
AMP	Assistente de máquinas postais (2).									
ASD	Assistente de desenho (3)...	J K L L1	4 4 (n)	Curso complementar do ensino secundário. Experiência profissional de pelo menos oito anos como desenhador.	*	*	*	*		
AST	Assistente (3) (4)			Curso do ensino secundário complementar, com formação na área adequada.	*	*	*	*		
ASI	Assistente de informática (3)	J K L L1 L2	4 4 (n) (n)	Curso complementar do ensino secundário (1). Curso de programação adequado.						
TCP	Técnico postal (1) (2)	J K L L1 L2	4 4 (n) (n)						(1) Sem admissões do exterior. (2) Com prazo de garantia de quatro anos de «L» para «L1». (3) Com prazo de garantia de quatro anos de «L1» para «L2». (n) Nomeação.	
AEP	Assistente de equipamento postal (1) (3).	J K L L1	4 4 4							
TOA	Técnico operacional de telecomunicações assistente (1) (3).	L1 L2 M1	(n) (n)							

⁽¹⁾ Prioridade — formação técnico-profissional adequada, desde que comprovada, ou em áreas e componentes vocacionais adaptadas às funções do grupo profissional.
⁽²⁾ Sem admissões do exterior.
⁽³⁾ Com prazo de garantia de quatro anos de «L» para «L1».
⁽⁴⁾ Dotações por área funcional.
(n) Nomeação.

⁽¹⁾ Sem admissões do exterior.
⁽²⁾ Com prazo de garantia de quatro anos de «L» para «L1».
⁽³⁾ Com prazo de garantia de quatro anos de «L1» para «L2».
(n) Nomeação.

Mapa de grupos profissionais — Admissões e promoções

Grupos profissionais			Cat.	Acessos para promoção	Condições específicas para admissão				Observações											
Abrevia-turas	Designações	Níveis profissionais			Habilitações	Seleção														
						Prova preli-minar	Prova técnico-prof.	Exame psico-lógico		Formaç. e provas										
BCH BBN CNZ CPT	Bate-chapas Bobinador Canalizador Carpinteiro	Aprendiz de 2... Aprendiz de 1... Ajudante de 2... Ajudante de 1...	A B C D	18 * 19 * 20 * 2	EMO			*		(*) Idade. (1) Os exames psicológicos só se aplicarão aos candidatos não oriundos de nível profissional anterior.										
ELA MCR MAT MMD	Electricista auto... Marceneiro Mecânico de auto Mecânico de ma-deiras.	Oficial	E F G H I	2 4 4 4	EMO Formação técnico-profissional adequada.			*	* (1)											
MAJ PDR PNA	Montador ajustador Pedreiro Pintor de automó-veis.																			
PNC	Pintor de constru-ção civil.																			
PMD SAP	Polidor de madeiras Serralheiro de am-bulâncias postais.																			
SCV SMC SLD	Serralheiro civil... Serralheiro mecânico Soldador																			
TMC ZNC	Torneiro mecânico Zincador																			
BAC CTB EGT —	Bacharel										Especialista I (1)	K L	1,5 2	Bacharelato ou diploma específico de estabele-cimento de ensino su-perior indispensável ao preenchimento do posto de trabalho.			*	*	*	(1) Especialista I e II — Dotação comum por grupo profissional. (2) Com prazo de ga-rantia de quatro anos de P para Q. (n) Nomeação. (p) Análise da capaci-dade para o desem-penho de funções mais qualificadas.
											Especialista II (1)	M N N'	3 3 (p)							
											Assessor	N' O O'	3 3 (p)							
											Consultor (2) ...	P Q R S	(n) (n) (n)							
ARQ ECN ENG JUR LIC EAD EAU ECM EDI EFC EFM EOG EIF EPS EPT EPR ESH ETL	Arquitecto Economista Engenheiro Jurista Licenciado (outros) Especialista admin-istrativo (3). Especialista auditoria Especialista comu-nicação. Especialista do-cumentação e in-formação. Especialista função comercial. Especialista for-mação. Especialista orga-nização. Especialista infor-mática. Especialista pessoal Especialista postal (2). Especialista preven-ção e segurança. Especialista seguran-ça e higiene in-dustrial. Especialista teleco-municações (1)	Especialista I (1)	L	2	Licenciado: Licenciatura especí-fica indispensável ao preenchimento do posto de tra-balho.			*	*		*	(1) Especialista I e II — Dotação comum por grupo profissional. (2) Sem admissões. (3) Inclui contabili-dade e finanças. (4) Com prazo de ga-rantia de quatro anos de P para Q. (n) Nomeação. (p) Análise da capaci-dade para o desem-penho de funções mais qualificadas.								
		Especialista II (1)	N N'	3 3 (p)											*	*	*			
			Assessor	O	3	Especialistas: Formação técnico-científica ou es-colar adequada às necessidades do posto de trabalho.			*		*									
		Consultor (4) ...		P	(n)															
				Q	(n)															
		R S	(n)																	

Mapa de grupos profissionais — Residuais

Grupos profissionais		Cat.	Acessos para promoção	Condições específicas para admissão				Observações	
Abreviaturas	Designações			Habilitações	Seleccção				
					Prova preliminar	Prova técnico-prof.	Exame psico-lógico		Formaç. e provas
LUB	Lubrificador	E F G H I	2 4 4 4	—					
TCC	Tecnico de construção civil	F G H I J K L	2 4 4 4 4 4	—					
TGP	Técnico de gestão de pessoal	J K	4 4	—					
TOG	Técnico de organização ...	L							
DEM	Desenhador maquetista	J K	4 4	—					
DEP	Desenhador projectista	L L1	4						

Mapa dos grupos profissionais — Residuais

Grupos profissionais			Cat.	Acessos para promoção	Condições específicas para admissão				Observações	
Abrevia-turas	Designações	Níveis profissionais			Habilitações	Seleção				
						Prova preli-minar	Prova técnico-prof.	Exame psico-lógico		Formaç. e provas
BCH BBN CNZ CPT ELA MCR MAT MMD MAJ	Bate-chapas Bobinador Canalizador Carpinteiro Electricista auto Marceneiro Mecânico de auto Mecânico de madeiras Montador ajustador ...	Operário-chefe	I'						Sem admissão nem mu-dança de nível profes-sional.	
PDR PNA PNC PMD SAP SCV SMC SLD TMC ZNC	Pedreiro Pintor de automóveis... Pintor de construção civil Polidor de madeiras... Serralheiro de ambulân-cias postais. Serralheiro civil Serralheiro mecânico... Soldador Torneiro mecânico Zincador	Encarregado ...	J							

ANEXO III

Condições para a mudança de grupo profissional

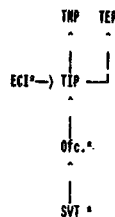
Grupos profissionais (abreviaturas)	Habilitações (1)	Provas				Observações
		Preliminar	Técnico- profissional	Exame psicológico	Formação e provas	
FRM						Retirar.
TIA						Retirar.
FTP						Retirar.
EVP/Ofc.						Retirar.
FRZ/Ofc.						Retirar.
FND/Ofc.						Retirar.
GVT/Ofc.						Retirar.
MME/Ofc.						Retirar.
SCC/Ofc.						Retirar.
ASI	*	*	*	*	*	
TIP	* (2)		*	*		(2) Excepto SVT e oficiais, desde que em exercício efectivo de funções no sector e área funcional.
TDS	*					
Especialidades:						
CC	*		*	*		
ET	*	*		*	*	
MQ	*		*	*		
GR	*		*	*		
AST	* (2)	*	*	*	*	(2) Excepto DOC, TAV, TAA, TDT, TGP, TOG, TAD, TET, TEX, ELT, TAM, TDSCC, TDSET, TDSCMQ, TDSEGR, TFR e TMP, desde que no exercício efectivo de funções na área funcional e, de entre estes, prioritário para os trabalhadores colocados no sector em que existe o posto de trabalho vago.
DOC	* (2)	*		*	*	(2) Excepto ELT, TAD, TET, TEX, TAM, TDSCC, TDSET, TDSCMQ, TDSEGR, TFR e TMP.
TAA	* (2)	*		*	*	(2) Excepto ELT, TAD, TET, TEX, TAM, TDSCC, TDSET, TDSCMQ, TDSEGR, TFR e TMP.
TGP						Retirar.
TAV	* (2)		*	*		(2) Excepto TDSCC, TDSET, TDSCMQ, TDSEGR, FTC, FTL, ELT, TAD, TET, TEX, TFR e TMP.
TOG						Retirar.
TDT	* (2)		*	*		(2) Excepto ELT, TAD, TET, TEX, TAM, TDSCC, TDSET, TDSCMQ, TDSEGR, TFR e TMP.
DEM						Retirar.
DEP						Retirar.
ASD	* (2)	*	*	*	*	(2) Excepto TDSCC, TDSET, TDSCMQ, TDSEGR, DEM, DEP.

Grupos profissionais (abreviaturas)	Habilitações (1)	Provas				Observações
		Preliminar	Técnico- profissional	Exame psicológico	Formação e provas	
BCH/Ofc.	* (2)		*	*		(2) Excepto SVT, desde que no efectivo exercício de funções no sector postal e área funcional.
BBN/Ofc.	* (2)		*	*		
CNZ/Ofc.	* (2)		*	*		
CPT/Ofc.	* (2)		*	*		
ELA/Ofc.	* (2)		*	*		
MCR/Ofc.	* (2)		*	*		
MAT/Ofc.	* (2)		*	*		
MMD/Ofc.	* (2)		*	*		
MAJ/Ofc.	* (2)		*	*		
PDR/Ofc.	* (2)		*	*		
PNA/Ofc.	* (2)		*	*		
PNC/Ofc.	* (2)		*	*		
PMD/Ofc.	* (2)		*	*		
SAP/Ofc.	* (2)		*	*		
SCV/Ofc.	* (2)		*	*		
SMC/Ofc.	* (2)		*	*		
SLD/Ofc.	* (2)		*	*		
TMC/Ofc.	* (2)		*	*		
ZNC/Ofc.	* (2)		*	*		

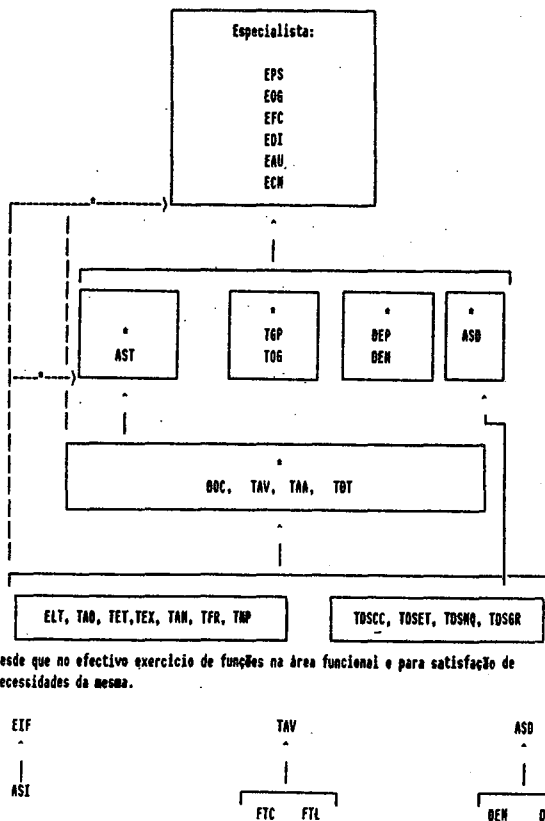
ANEXO IV

Carreiras Profissionais

1) Grupos profissionais afins e complementares



* Desde que no efectivo exercício de funções no Sector Postal e Área funcional, para satisfação de necessidades da mesma.



* Desde que no efectivo exercício de funções na Área funcional e para satisfação de necessidades da mesma.

2) Efeitos nas mudanças entre grupos profissionais afins e complementares

De grupos profissionais com as categorias	Para grupos profissionais com as categorias	Efeitos
I) C D E F	C D E F	Sempre com contagem de antiguidade na categoria.
II) C D E F G	C D E F G	Sempre com contagem de antiguidade na categoria.
III) C D E F	D E F G H I J	Para a categoria inicial, com contagem de antiguidade no grupo profissional de origem para uma promoção automática no grupo profissional de destino. Para as restantes, sem contagem de antiguidade na categoria.

De grupos profissionais com as categorias	Para grupos profissionais com as categorias	Efeitos
IV) (*) C D E F	E F G H I	(*) Exclusivo para o grupo profissional SVT, desde que no efectivo exercício de funções no sector postal e área funcional. Para a categoria inicial, com contagem de antiguidade no grupo profissional de origem para uma promoção automática no grupo profissional de destino. Para as restantes, sem contagem de antiguidade na categoria.
V) D E F G H I	D E F G H I	Sempre com contagem de antiguidade na categoria.
VI) D E F G H	E F G H I J	Para a categoria inicial, com contagem de antiguidade no grupo profissional de origem para uma promoção automática no grupo profissional de destino. Para as restantes, sem contagem de antiguidade na categoria.
VII) D D E E E F F F G G G H H H I I I J	E F G H I J K L	Para a categoria inicial, com contagem de antiguidade no grupo profissional de origem para uma promoção automática no grupo profissional de destino. Para as restantes, sem contagem de antiguidade na categoria.
VIII) (*) E F G H I	E F G H I I'	(*) Exclusivo para os grupos profissionais oficiais e EDI, desde que no efectivo exercício de funções no sector postal e área funcional. Sem contagem de antiguidade na categoria.
IX) (*) E F G H I	D E F G H I J	(*) Exclusivo para o grupo profissional MTF. Com contagem de antiguidade na categoria em todos os níveis.
X) E F G H I I'	E F G H I J K L	Sem contagem de antiguidade na categoria.

De grupos profissionais com as categorias	Para grupos profissionais com as categorias	Efeitos
XI) E..... F..... G..... H..... I..... J..... K.....	E F G H I J K L	(*) Exclusivo para o grupo profissional OPR com 10 anos de exercício de funções. Sem contagem de antiguidade na categoria.
XII) E..... F..... G..... H..... I..... J.....	F G H I J K L	Para a categoria inicial, com contagem de antiguidade no grupo profissional de origem para uma promoção automática no grupo profissional de destino. Para as restantes, sem contagem de antiguidade na categoria.
XIII) E..... F..... G..... H..... I..... J..... K..... L.....	F G H I J K L	Para a categoria inicial, com contagem de antiguidade no grupo profissional de origem para uma promoção automática no grupo profissional de destino. Para as restantes, com contagem de antiguidade na categoria.
XIV) E..... F..... G..... H..... I..... I'	G H I J K L	Para a categoria inicial, com contagem de antiguidade no grupo profissional de origem para uma promoção automática no grupo profissional de destino. Para as restantes, sem contagem de antiguidade na categoria.
XV) E..... F..... G..... H..... I..... J..... K.....	G H I J K L	Para a categoria inicial, com contagem de antiguidade no grupo profissional de origem para uma promoção automática no grupo profissional de destino. Para as restantes, sem contagem de antiguidade na categoria.

De grupos profissionais com as categorias	Para grupos profissionais com as categorias	Efeitos
XVI) E..... F..... G..... H..... I..... J..... K..... L.....	G H I J K L	Para a categoria inicial, com contagem de antiguidade no grupo profissional de origem para uma promoção automática no grupo profissional de destino. Para as restantes, com contagem de antiguidade na categoria.
XVII) E..... F..... G..... H..... I..... J..... K..... L.....	J K L L1	Da E à I para a categoria inicial, sem contagem de antiguidade na categoria. Para as restantes, com contagem de antiguidade na categoria.
XVIII) E..... F..... G..... H..... I..... J..... K..... L.....	J K L L1 L2	Da E à I para a categoria inicial, sem contagem de antiguidade na categoria. Para as restantes, com contagem de antiguidade na categoria.
XIX) E..... F..... G..... H..... I..... J..... K..... L..... L1.....	J K L L1 L2 M1	Da E à I para a categoria inicial, sem contagem de antiguidade na categoria. Para as restantes, com contagem de antiguidade na categoria.
XX) J..... K..... L.....	J K L L1	Sempre com contagem de antiguidade na categoria.

1 Grupos profissionais das categorias	2 Técnicos especializados	3 Licenciados	4 Bacharéis equiparados	5 Efeitos
XXI) E F F G G G H H H I I I J J J J J J K K K K K K L L L L L L	—	—	—	De G a K para a categoria inicial, sem contagem de antiguidade na categoria.

1	2	3	4	5
Grupos profissionais das categorias	Técnicos especializados	Licenciados	Bacharéis equiparados	Efeitos
L1 L1 L1	M	M	M	Para as restantes, sempre com contagem de antiguidade na categoria.
L2 L2	N	N	N	
M1	N1	N1	N1	
	N9	N9	N9	
	O	O	O	
	O1	O1	O1	
	P	P	P	
	Q	Q	Q	
	R	R	R	
	S	S	S	

(*) A mudança de G, H, I, J e K faz-se para a categoria inicial dos grupos profissionais /c incluídos nas colunas 2, 3 e 4 (L, I e K, respectivamente).

ANEXO V

Classificação profissional

Níveis de qualificação	Grupos ou níveis profissionais
2 — Quadros médios....	Incluir: assistente de informática e assistente de desenho. Retirar: técnico informático-adjunto.
4 — Profissionais altamente qualificados.	Retirar: fisioterapeuta.
5 — Profissionais qualificados.	Incluir: técnico de instalações postais. Retirar: fresador, serralheiro de cunhos e cortantes e técnico de desenho gráfico.
6 — Profissionais semi-qualificados.	Retirar: envernizador à pistola, fundidor, galvanotécnico, mecânico de máquinas de escrever e ferramenteiro.

ANEXO VI

Nível	Valor
-------	-------

Não chefias

A	40 700\$00
B	44 550\$00
C	52 400\$00
D	59 050\$00
E	62 000\$00
F	65 200\$00
G	70 900\$00
H	76 200\$00
I	84 050\$00
II	88 750\$00
J	94 050\$00
K	106 350\$00
L	119 050\$00
L1	126 850\$00
L2	135 000\$00
M	135 150\$00
M1	143 850\$00
N	153 150\$00
N1	167 350\$00
O	180 200\$00
O1	201 250\$00
P	201 250\$00
Q	217 100\$00
R	230 550\$00
S	258 000\$00

Nível	Valor
Chefias	
1	89 200\$00
2	96 700\$00
3	109 900\$00
4	129 050\$00
5	153 150\$00
6	180 200\$00
7	201 250\$00
8	217 100\$00
9	230 550\$00

ANEXO VII

Diuturnidades

As diuturnidades a que se refere a cláusula 143.^a do AE terão o valor de 2870\$ cada uma.

ANEXO VIII

Quadro dos grupos profissionais a extinguir

Grupos profissionais a extinguir	Grupos profissionais onde se integram as funções respectivas
FRM — Ferramenteiro	—
TDG — Técnico de desenho gráfico	TDS/GR — técnico de desenho de especialidade: gráfico.
FTP — Fisioterapeuta	—
TIA — Técnico de informática-adjunto	ASI — assistente de informática.
EVP — Envernizador à pistola	—
GVT — Galvanotécnico	—
FND — Fundidor	—
FRS — Fresador	—
MME — Mecânico de máquinas de escrever.	—

Grupos profissionais a extinguir	Grupos profissionais onde se integram as funções respectivas
SCC — Serralheiro de cunhos e cortantes.	—

Nota. — A integração efectiva-se mantendo a antiguidade na categoria e grupo profissional.

Lisboa, 4 de Setembro de 1990.

Pelos CTT — Empresa Pública de Correios e Telecomunicações de Portugal:
(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo SINDETELCO — Sindicato Democrático dos Trabalhadores das Telecomunicações e Correios:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo SICOMP — Sindicato das Comunicações de Portugal:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo TENSIG — Sindicato Nacional de Quadros de Telecomunicações:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 11 de Setembro de 1990.

Depositado provisoriamente em 20 de Setembro de 1990.

Depositado em 21 de Novembro de 1990, a fl. 27 do livro n.º 6, com o n.º 488/90, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

Acordo de adesão entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Curtumes e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química ao CCT entre a mesma associação patronal e o Sind. dos Operários da Ind. de Curtumes do Dist. do Porto (funções auxiliares).

Acordo de adesão entre a Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química em representação do SINDEQ — Sindicato Democrático da Energia, Química e Indústrias Diversas ao CCT entre aquela Associação e o Sindicato dos Operários da Indústria de Curtumes do Distrito do Porto (funções auxiliares), publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 47, de 22 de Dezembro de 1982.

A Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes e a FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química, em representação do SINDEQ — Sindicato Democrático da Energia Química e Indústrias Diversas, acordam entre si na adesão das referidas associações sindicais ao CCT celebrado entre aquela associação patronal e o Sindicato dos Operários da Indústria de Curtumes do Distrito do Porto (funções auxiliares),

publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 47, de 22 de Dezembro de 1982, e posteriores revisões, nomeadamente as publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 26, de 15 de Julho de 1988, 27, de 22 de Julho de 1989, e 27, de 23 de Julho de 1990.

Lisboa, 9 de Agosto de 1990.

Pela Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes:

(Assinatura ilegível.)

Pela FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química em representação do SINDEQ — Sindicato Democrático da Energia, Química e Indústrias Diversas:

José Luís Carapinha Rei.

Entrado em 20 de Novembro de 1990.

Depositado em 21 de Novembro de 1990, a fl. 27 do livro n.º 6, com o n.º 487/90, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT para a indústria e comércio farmacêuticos (*Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 19/78, de 22 de Maio) — Alteração da composição da comissão paritária

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 9, de 8 de Março de 1979, foi publicada a constituição da comissão paritária, nos termos do n.º 1 da cláusula 29.ª do CCTV para a indústria e comércio farmacêuticos, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 19, de 22 de Maio de 1978, a qual foi objecto de sucessivas alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.ºs 18/82, 9/83, 23/88 e 42/88.

A pedido do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos é alterada a sua composição, pelo que fica constituída nos seguintes termos:

.....
Em representação sindical:

Maria de Fátima Canavezes Alves.
Armando Costa Farias.
Manuel dos Santos Gama.